

OPOSIÇÃO PROMETE MODERAÇÃO

Parlamentares da Frente Liberal e do PMDB realizaram ontem reuniões sucessivas para debater o discurso do presidente Figueiredo e discutir as modificações que deverão ser introduzidas no roteiro de mobilização popular do candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, com o objetivo de evitar novas ofensivas do governo.

Apesar dos principais coordenadores da Frente terem tido a preocupação, nos seus contatos com a imprensa, de minimizar as críticas do presidente da República ao comício de Goiânia, destacando apenas a parte inicial do pronunciamento, em que ele garante a normalização do processo democrático, ficou decidido, por exemplo, que a cor vermelha será banida das bandeiras nos próximos comícios.

Os responsáveis pela parte gráfica

da campanha já estão desenhando uma bandeira oficial para Tancredo Neves, que será distribuída em todos Estados em que estão programados comícios da Aliança Democrática. A nova bandeira já deverá ser utilizada no comício de Manaus e de Belém, que serão realizados no próximo mês.

Paralelamente, o vice-presidente Aureliano Chaves, reunido anteontem à noite, no Palácio Jaburu, com os integrantes da Frente, decidiu apressar a criação do novo partido, com o objetivo de evitar "represálias, no campo legal", contra os dissidentes do PDS que estão apoiando um candidato de oposição, segundo informaram parlamentares que participaram daquela reunião. Ficou acertado que, na próxima terça-feira, serão criadas duas grandes comissões para cuidar do novo



Goiânia: sobrando bandeiras.

A mobilização popular vai continuar, mas a ordem é evitar qualquer radicalização.

partido: uma para elaborar o estatuto, manifesto e programa, e outra para tratar dos aspectos legais, prazos e medidas a serem adotadas para a formação do partido liberal, cuja documentação deverá estar pronta em 10 de outubro.

A Aliança Democrática, além dos comícios que pretende continuar promovendo nas capitais, decidiu adotar novas fórmulas para buscar o apoio popular à candidatura Tancredo Neves, com a realização de simpósios, palestras e reuniões com entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade. Com isso, eles vão tentar dar um novo rumo ao debate sucessório, que hoje gira em torno do candidato do PDS, Paulo Maluf, e que tem propiciado os ataques pessoais e verbais entre os dois candidatos, para a discussão do programa de governo e dos problemas nacionais.

A Frente Liberal, na próxima terça-feira, vai designar uma comissão para levantar, setorialmente, todos os problemas que deverão ser atacados no programa de governo de Tancredo

Neves. O resultado desse trabalho será levado ao candidato na forma de sugestão, depois de debatido com os principais setores da sociedade e pelas bases políticas dos liberais.

A ordem na Frente Liberal e no PMDB, segundo se apurou ontem, é manter a calma e evitar a radicalização, para que o processo sucessório prossiga normalmente. Quanto à ofensiva militar em favor do candidato do PDS, os parlamentares da Aliança estão convencidos de que este apoio não é consensual dentro das Forças Armadas. O principal analista militar da Frente Liberal, o ex-presidente Geisel, só recomendou "prudência e moderação" nos comícios; mas garantiu a vários interlocutores que não existe condições para golpes hoje no País, segundo deputados da Frente Liberal.

Tancredo ouviu Figueiredo e só faz um reparo

O discurso de quarta-feira do presidente Figueiredo, através de uma rede de rádio e televisão, "foi recebido festivamente pelas oposições. Foi um documento de moderação e clareza, onde reafirmou suas convicções democráticas e, neste particular, foi um ensinamento a toda a Nação". O comentário foi feito ontem, em Brasília, pelo candidato da Aliança Democrática à Presidência da República, Tancredo Neves, que só fez um reparo à fala presidencial, refutando sua afirmação de que o comício de Goiânia foi custeado pelo governo de Goiás:

— O presidente equivocou-se e o governador Iris Rezende, que se caracteriza pela austeridade, jamais gastaria um tostão em comícios. Tudo foi pago pelo partido e pelos nossos correligionários, como ocorre em todas as democracias.

Tancredo admitiu que alguns oradores cometeram excessos no comício de Goiânia, mas não quis apontar nomes, pois "não vou dedurar ninguém". Disse também vir fazendo constantes apelos para que não se levem nas concentrações populares bandeiras, faixas ou cartazes, mesmo do PMDB.

O candidato da oposição mostrou-se satisfeito por ter percebido na fala presidencial de Figueiredo: "Mostrou-se pesaroso em apoiar Maluf e o fez em razão da vitória do candidato em convenção discutível, uma posição de ordem política de que não se pode furtar".

Tancredo afastou qualquer possibilidade de encerrar a fase dos comícios em decorrência das advertências, mesmo porque "são garantidos pela lei e inexistem razões para censurá-los". E anunciou ter marcado novo comício, em João Pessoa, dia 26 de outubro, e um outro, em Campo Grande, dia 19. E comentou a afirmação de Figueiredo de que os comícios influenciam o Colégio Eleitoral, observando que "são feitos em todas as democracias do mundo".

Plano Cohen?

O ex-governador de Minas foi taxativo ao classificar de "apócrifo" o documento publicado na imprensa como um plano militar para beneficiar Maluf: "As Forças Armadas estão preocupadas em manter a ordem, acatar a Constituição e assegurar a segurança dos cidadãos. Não acredito. Esse documento não existe. É um novo plano Cohen. Só existe na especulação".

Procurou também minimizar a importância das reuniões militares marcadas para hoje, afirmando ser natural que os militares acompanhem o dia-a-dia da vida nacional. "Trata-se de algo inevitável e normal." Disse estar "atento e vigilante" diante de possíveis represálias da extrema direita, mas não ampliar sua segurança, pois leva permanentemente no bolso um terço e é protegido por Deus.

Mais apoio

Apesar das críticas do Planalto aos dissidentes do PDS, Tancredo continua recebendo o apoio de pedessitas. Ontem, a Frente Liberal garantiu mais dois: o do governador do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia, que o deve anunciar em outubro, provavelmente num ato solene; e o do vice-governador do Ceará, Adauto Bezerra, que se manifestará em seguida. Tancredo encontrou-se ainda, reservadamente, com o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, que disse aos jornalistas continuar numa "posição equidistante". Sabe-se, contudo, que retardará o anúncio de seu apoio a Tancredo apenas até dezembro próximo.



Gepp
Maia

Maluf ouviu Figueiredo e concorda com tudo

Paulo Maluf solidarizou-se com os conceitos emitidos pelo presidente Figueiredo em seu pronunciamento de anteontem e sustentou que no comício do PMDB em Goiânia se usou e se abusou do dinheiro público para a mobilização da massa popular: anúncios em rádios, televisões, jornais, ônibus gratuitos, comércio fechado ao meio-dia, fogos de artifício. "Um assalto", segundo disse (leia, a propósito, notícia na página 9). Para o candidato do PDS, enquanto isso seu partido trabalha e já no dia 26 se vai reunir, em Brasília, para estruturar as comissões de campanha, após o que ele iniciará uma série de viagens pelo País.

Maluf negou-se a comentar o documento dos ministros militares relativo aos procedimentos a serem adotados pelo governo para fortalecer sua candidatura e, indagado a respeito da possibilidade de as Forças Armadas virem a sugerir ao presidente da República a adoção de medidas de emergência, limitou-se a dizer que "não me compete falar sobre isso".

Imune às perguntas de natureza política e institucional, ele preferiu falar sobre a constituição de um grupo de trabalho integrado por professores, cujos nomes manteve sob reserva. Este grupo secreto se incumbirá de estudar uma reforma do ensino, com ênfase no aperfeiçoamento do ensino profissionalizante.

Ao receber o ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, Maluf disse-lhe que os Estados Unidos precisam rever com urgência a política que vêm adotando com relação aos países em desenvolvimento, ouvindo como resposta que ele deveria ir direto a esta questão com o futuro presidente norte-americano, a ser eleito em novembro, caso seja o vencedor da sucessão presidencial.

O processo

Antônio Carlos Magalhães esteve ontem no Rio, onde conversou com seus advogados sobre a estratégia a ser seguida pela defesa no processo por injúria que lhe move Paulo Maluf, a quem chamou de corrupto. Segundo os advogados, pelo menos uma linha de ação ficou definida, que será a de apresentar todas as provas de prática de corrupção disponíveis contra Maluf, mesmo que elas venham a ser recusadas tecnicamente pela Justiça como elementos de defesa.

Os advogados Edson O'Dwyer e Genaro de Oliveira, da Bahia, José Grossi, do escritório do ex-ministro Vítor Nunes Leal, do Rio, e José Paulo Pertence e Pedro Gordilho, de Brasília, afirmaram que segundo seu entendimento não houve crime na acusação de corrupção. Para eles, a maior dificuldade da defesa no momento é selecionar os documentos a serem apresentados como comprovantes de prática de corrupção, tal o volume de papéis disponíveis. Eles acrescentaram, entre risos, que se antes já se dispunha de um caminho de provas contra Maluf "agora já se pode falar numa frota". As novas denúncias, chegadas de todos os pontos do País, principalmente de São Paulo, provêm de funcionários públicos, comerciantes e sobretudo ex-convençãois do PDS.

Maluf sofreu ontem, por sinal, nova derrota na Justiça: o juiz da 26ª Vara Criminal de São Paulo, João Correa Costa, declarou extinta a punibilidade de Luís Ignácio Lula da Silva, presidente do PT, pela prescrição da ação penal por injúria que lhe movera o ex-governador paulista. Maluf moveu a ação porque Lula o chamou, em 82, de "corrupto".

Jornal da Sucessão

E o Só-Diretas morreu

De fato, não existe mais o grupo Só-Diretas do PMDB. De direito, seus remanescentes querem deixá-lo sobreviver por mais algum tempo, para evitar um enterro melancólico. Os integrantes dessa facção já se convenceram da realidade da sucessão indireta do general Figueiredo. Dos 60 parlamentares que subscreveram documento de repúdio "a qualquer tipo de eleição sem povo", restariam os "intransigentes" senador Jaison Barreto e o deputado Luiz Henrique, ambos de Santa Catarina.

Anteontem, à noite, houve reunião do grupo Só-Diretas no apartamento do deputado Luiz Henrique. Compareceram menos de 20 deputados. Prevaleceu a tese de defesa, principalmente, pelos deputados José Fogaça (RS), Pimenta da Veiga (MG) e Cristina Tavares (PE), de suspender a obstrução no

plenário da Câmara pelas diretas.

Ficou acertado, também, que será examinada "oportunamente" a posição diante do projeto de lei complementar à Constituição, regulamentando o Colégio Eleitoral — pendente de parecer da Comissão de Justiça da Câmara. Para não ceder de imediato às regras do jogo sucessório indireto, o grupo Só-Diretas fez questão de ressaltar, em nota à imprensa, que ainda acredita na oportunidade e na eficácia de outras formas de luta, pelas diretas.

Seus coordenadores acham que, com base em textos regimentais, legais e constitucionais, "medidas judiciais haverão de compelir o presidente do Congresso a cumprir o dever que renega, e honrar as prerrogativas de que não pode abdicar, a serviço de um faccionismo que a Nação repele".



Andreazza quieto

Sem citar uma única vez o nome de Paulo Maluf, o ministro do Interior, Mário Andreazza, voltou ontem a evitar qualquer declaração de apoio ao candidato do PDS. Fez questão de deixar bem claro que seu apoio é "relativo e indireto".

Ao mesmo tempo, em Porto Alegre, o governador Jair Soares desmentia a informação de que Andreazza lhe teria telefonado, pedindo apoio a Maluf.

Geisel não recebe Maluf

O deputado Paulo Maluf está tentando de tudo para ser recebido pelo ex-presidente Ernesto Geisel, para contrabalançar os efeitos positivos do encontro do general com Tancredo Neves, que ajudou muito a candidatura oposicionista. Maluf pôs o ex-secretário de Imprensa e "afilhado" de Geisel no circuito, além de outros adeptos à sua candidatura, mas sem resultado algum: o ex-presidente não está disposto a receber o candidato do PDS, porque não aprova seus métodos de atuação política.

Parlamentares ligados a Geisel acentuam que ele ficou constrangido e aborrecido quando Maluf o visitou a primeira vez, depois de muita insistência de Humberto Barreto, e tentou fazer exploração política em torno da conversa. Esse fato, inclusive, obrigou o general a antecipar oficialmente seu apoio à candidatura de Aureliano Chaves — que depois contribuiu decisivamente para que Geisel recebesse o ex-governador Tancredo Neves, neutralizando as versões de resistência militar à sua candidatura. Para esses políticos, a primeira visita de Maluf foi um desastre.



Essas & Outras

● O senador Severo Gomes (PMDB-SP) tem "sérias dúvidas" sobre as origens de manifestações de partidos proscritos em comícios da oposição. Por isso, apresentou requerimento ao Senado que, se aprovado em plenário, poderá ocasionar uma investigação sobre a propaganda de organizações políticas clandestinas "tida como inadmissível pelo chefe do governo".

● Na edição de ontem do *Jornal da Tarde*, o deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP) é apontado como um dos parlamentares de seu partido que aderiu ao malufismo. Não é verdade; e ele mesmo esclarece: "Nossa posição não é outra senão de continuar lutando pelas eleições diretas já". E finaliza: "Estamos convictos de que, em qualquer hipótese, estaremos sempre somando com o nosso partido, e que jamais votaremos no candidato da situação, que sequer conhecemos".

● O diretório do PDS de Minas selivrou ontem de duas ações de despejo: pagou na Justiça os aluguéis atrasados da luxuosa casa de Cidade Jardim e suspendeu na prefeitura uma notificação por infringir a lei de uso e ocupação do solo, com o auxílio do governador Hélio Garcia, que passou a arcar com a infração, já que a sede do partido está em área residencial.

● O ministro Murilo Badaró, da Indústria e Comércio, e o presidente do PDS mineiro, deputado Christovam Chiaradia, enviaram ontem telefax ao ministro César Cals, das Minas e Energia, defendendo a exploração do fornecimento de energia às 11 cidades do Sul de Minas pela Cemig. Na última terça-feira, Cals acusou Badaró e Chiaradia, além do ministro da Justiça Abi Ackel, de terem pressionado o Planalto para cassar a concessão da Cemig em favor de um grupo de empresários malufistas que exploram o setor de energia.